

O papel das práticas discursivas da política externa dos Estados na construção da integração regional.

Almeida Resende Erica Simone.

Cita:

Almeida Resende Erica Simone (2010). *O papel das práticas discursivas da política externa dos Estados na construção da integração regional*. V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-036/108>

V Congresso Latinoamericano de Ciência Política
Asociación Latinoamericana de Ciencia Política – ALACIP
Integración, Diversidad y Democracia en tiempos del Bicentenario
28-30 de Julio de 2010
Buenos Aires, Argentina

Ponencia:

**AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
A ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA EM TEMPOS DE CRISE**

Resumo: Nas últimas duas décadas, a área de Relações Internacionais se viu em uma espécie de encruzilhada. Se, por um lado, as teorias dominantes em suas vertentes realistas e liberais convergiram nas explicações de fenômenos da realidade internacional na chamada “Síntese Neo-Neo”, por outro, o fim inesperado e imprevisto da Guerra Fria levou ao reconhecimento de que era necessário repensar essas mesmas teorias. Mais especificamente, era necessário repensar as premissas da própria área. Entendemos que as Relações Internacionais se encontram em tempos de crise: crise da modernidade, crise dos Estados nacionais, crise ambiental, crise de paradigmas, crise do conhecimento. No entanto, os tempos de crise trazem as sementes da possibilidade de sua superação. Assim como os tempos de crise do período Entre-Guerras permitiu o nascimento da área de RI, esse novo momento de crise nos convida a ousar, a criar, a refletir sobre conceitos e modelos, a desafiar convenções e a propor alternativas para o conhecimento da realidade. O presente artigo pretende contribuir para a concepção de alternativas para a análise de política externa em tempos de crise.

Palavras-chave: Relações Internacionais – Pós-modernidade – Teorias de RI – Análise de política externa

Autora:

Erica Simone Almeida Resende
Doutora em Ciência Política
Professora e pesquisadora associada ao
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil
Email: esa@infolink.com.br

Comentários são bem-vindos. Favor não fazer citações.

As Relações Internacionais e a análise de política externa em tempos de crise

*You could say I lost my faith in science and progress
You could say I lost my belief in the holy church
You could say I lost my sense of direction
You could say all of this and worse, but
If I ever lose my faith in you
There'd be nothing left for me to do
Sting*

A apresentação convencional da origem e consolidação da área de RI¹ localiza no período imediatamente posterior à Primeira Guerra Mundial (1914-1918) o nascimento das Relações Internacionais como área autônoma de conhecimento. Sob o trauma da destruição e da desilusão provocadas pela guerra, e tendo como objetivo produzir conhecimento de forma a evitar um novo conflito armado, é criada a primeira cadeira de Relações Internacionais na *University of Wales, Aberystwyth*², no ano de 1919. É cabível, portanto, afirmar que a área de conhecimento hoje chamada de Relações Internacionais nasce de um momento de crise.

Em seus primeiros anos, a área se desenvolve como um projeto essencialmente britânico³ para evitar novos conflitos entre as potências europeias. Assim, estudiosos de origem anglo-saxônica passaram a se dedicar à reflexão sistemática sobre os elementos constitutivos do meio internacional a fim de construir um corpo coerente de proposições conceituais capazes de produzir conhecimento sobre os fenômenos internacionais, com base no qual os estadistas de então pudessem se posicionar no meio internacional e tomar as necessárias decisões para a formulação da política do Estado.

Após o fim da Segunda Guerra, a área cruza o Atlântico em direção aos Estados Unidos, onde diversos *émigrés* encontram um ambiente acadêmico norte-americano favorável à consolidação da área⁴. Conforme caracterização de Gonçalves (2001:90), a área de RI, como a

¹ Para uma genealogia abrangente sobre as diferentes formas de apresentação da área de RI, ver Smith (1995).

² Rebatizada de *Aberystwyth University*, em 2008.

³ Após Aberystwyth, seguiu-se a criação da cátedra na *London School of Economics*, em 1923, e na *Oxford University*, em 1930. Fora da Inglaterra, são criadas cátedras na *Deutsch Hochschule für Politik*, em Berlim, em 1920 e no *Institut Universitaire des Hautes Études Internationales*, em Genebra, em 1927.

⁴ O sistema universitário norte-americano – mais flexível do que o europeu – permitiu a criação dos grandes departamentos de Ciência Política, com capacidade e autonomia necessárias ao desenvolvimento da área. Além disso, devido à inexistência de uma carreira diplomática com programa de qualificação e treinamento fechado, os debates sobre política externa não permaneciam circunscritos ao governo. Nesse sentido, ver Hoffman (1977). Para um questionamento acerca da ainda validade dessa afirmação, ver Smith (1985).

conhecemos hoje, somente “se tornou visível depois da Segunda Guerra Mundial”, sobretudo devido à grande “arrancada” que os estudos de RI experimentaram “em solo americano”.

Influenciados por conceitos legados dos historiadores da chamada *Machtschule* alemã, pensadores como o alemão Hans Morgenthau defendiam que a área fosse construída com base em fatos reais, e não em utopias e em especulações filosóficas, como havia sido a característica do projeto britânico. O entendimento dos *émigrés* sobre a natureza das relações internacionais era guiado, sobretudo, pelos conceitos de soberania, de anarquia, de poder e de interesse nacional, e pela caracterização do Estado nacional como ator racional e privilegiado, e da guerra como regularidade nas relações internacionais⁵.

Observamos, assim, a emergência e a lenta consolidação de um discurso que se tornaria dominante na área ao longo das décadas seguintes: a soberania, como princípio norteador da ação estatal no plano internacional; a representação do sistema internacional como fundamentalmente anárquico; a descrição dos Estados como atores racionais e egoístas; o entendimento de conhecimento conforme o padrão das ciências naturais etc. Sob tais postulados, desenvolver-se-ia a produção do conhecimento na área de RI.

Com o surgimento da Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética a partir de 1947, a sombra da aniquilação nuclear recíproca somente viria a confirmar as premissas que ancoravam a área de RI. De fato, se houve uma característica que permeou a expansão e a consolidação das Relações Internacionais como novo ramo de conhecimento foi o fato de ela ter ocorrido tendo a lógica da Guerra Fria como principal referencial. Em 1991, como epitáfio do meio século de bipolaridade, a desintegração da União Soviética suprimiu o pólo oriental do conflito vigente até então. A Guerra Fria chega a seu fim e, com ela, caem literalmente as fronteiras ideológicas e geopolíticas desenhadas em Yalta e Potsdam, as quais estiveram até esse momento firmes por quase cinco décadas.

O evento em si – o fato de uma superpotência renunciar voluntariamente a sua condição favorável e singular⁶ – era praticamente inédito na história das relações internacionais. A

⁵ Para Hoffmann (1977), é importante reconhecer que, tendo como objetivo a preservação de uma posição favorável aos Estados Unidos no sistema internacional, grande parte da teoria de relações internacionais desenvolvida naquele momento se aproximava mais de um projeto macroestratégico para a formulação da política externa norte-americana do que teoria propriamente dita. Além disso, sua base filosófica, inclusive seus conceitos históricos, políticos e sociológicos, sua metodologia de pesquisa e sua visão do mundo eram próprios à tradição, à cultura e à formação histórica dos Estados Unidos. Ver também Gonçalves (2001).

⁶ Como lembra Hutchings (1997:343), a Guerra Fria chega ao final “não com vitória militar, desmobilização e celebração, mas com a inesperada capitulação do outro lado sem que um único tiro tenha sido disparado.”

possibilidade não se encontrava prevista nas teorias de “transição de poder” de Gilpin (1981) ou de Kennedy (1989). Talvez essa seja a razão principal pela qual o fim da Guerra Fria, sobretudo a forma como ela ocorreu, sem guerra, tenha escapado a toda e qualquer previsão, ou antecipação, por parte dos analistas da área de RI.

Com efeito, houve uma dificuldade dos teóricos da época em explicar não só o fim da Guerra Fria⁷, como também as novas circunstâncias da política internacional⁸: o fim inesperado e imprevisível do conflito, o momento unipolar, os movimentos sociais, as novas questões de identidade, de gênero e de religião, a crescente relevância dos atores não-estatais, os movimentos contra-hegemônicos, entre outros elementos.

Independente de quaisquer interpretações sobre as causas do fim da Guerra Fria, uma importante consequência foi o surgimento de um cenário de confusão teórica, para o qual os tradicionais referenciais explicativos se mostravam inadequados. Segundo Knutsen (1997), a realidade bipolar da política internacional foi abruptamente substituída por algo indefinido e que, de forma alguma, correspondia à situação anterior de pós-1945. Ao observar que o “antigo e conhecido mundo da Guerra Fria” chega a seu fim na década de 1990 de forma inesperada, Knutsen (1997) destaca como os conceitos tradicionalmente empregados para a análise da realidade perdem sentido com o fim da Guerra Fria.

A “elegante simplicidade⁹” da Guerra Fria, que durante décadas norteou a produção de conhecimento na área, entra em colapso. Assim, de forma inesperada e abrupta, a área de RI perde seu senso de direção, sua principal “bússola teórica”, fazendo com que mergulhe em um estado de confusão¹⁰. Tal fato é por nós interpretado como o momento em que o discurso dominante na área de RI entra em crise. Por outro lado, ainda antes do fim da Guerra Fria ter posto em xeque a área, novos ventos já sopravam na área de RI, buscando alternativas à ortodoxia dominante na área.

⁷ Para uma revisão das tentativas de explicar o fim da Guerra Fria, ver Lebow e Risse-Kappen (1995). Para uma curiosa explicação inspirada pela Geologia, ver Gaddis (1992). Todavia, aquele que melhor entendeu o evento foi Halliday (1999). Para uma visão realista das implicações internacionais do fim da Guerra Fria, bem como uma defesa da ainda validade teórica daquele paradigma, ver Brown, Lynn-Jones e Miller (1995). Para uma visão brasileira, ver Pecequillo (2003) e Mendes Azevedo (2000).

⁸ Para um debate sobre tal dificuldade, ver George (1996).

⁹ A expressão de Schlesinger (1991:22) aponta como as escolhas eram simples e previsíveis durante a Guerra Fria: alinhamento ao Oeste, alinhamento a Leste ou não alinhamento, pois todos os perigos, problemas e alianças eram claros e inalteráveis. Como ironicamente comenta Gaddis (1978:279): “Ah, bons tempos eram aqueles, em que o mundo só precisava se preocupar com a possibilidade de aniquilação mútua instantânea”.

¹⁰ Nesse sentido, ver Ferguson e Mansbach (1988), Holsti (1985:1-2) e Onuf (1989:8).

Na verdade, e ironicamente, ao mesmo tempo em que a área de RI consolidava o discurso dominante sobre como observar e conhecer a realidade internacional, ramos de saberes que não seriam tão distantes assim experimentavam profundas transformações em suas respectivas premissas epistemológicas, metodológicas e ontológicas. Em parte motivadas pela desilusão com o racionalismo e com o cientificismo como um todo, além da frustração da esquerda europeia com o fracasso do projeto de uma revolução marxista-leninista, os demais ramos das Ciências Humanas, como a Sociologia, a Filosofia, a Psicanálise e Crítica Literária, passaram a repensar seus objetos, métodos e limites.

O sucesso que pensadores tão diversos quanto revolucionários experimentam em suas respectivas áreas de conhecimento incentiva o empréstimo de suas ideias para a área de RI. A influência de autores como Theodor Adorno, Max Horkheimer, Walter Benjamin, Jürgen Habermas, Emanuel Lévinas, Ludwig Wittgenstein, Michel Foucault, Jacques Derrida, Anthony Giddens e Jacques Lacan começava a ser sentida na área de RI, sobretudo após o reconhecimento de sua principal limitação teórica: a definição de seu objeto de estudo como o comportamento dos Estados em um ambiente anárquico e conflituoso.

A lenta e gradual penetração desses autores na área de RI era motivada pelo reconhecimento de que os problemas e desafios enfrentados em nosso ramo de saber não estavam assim tão distantes, nem obedeciam a lógicas tão diferentes quantos os problemas e desafios enfrentados alhures. Nesse sentido, a área de RI passou a ser percebida como parte de um conjunto maior do conhecimento humano, formado por diversos saberes cujas respectivas especificidades não impediam o diálogo e a influência recíproca.

Contudo, além das implicações do fim da Guerra Fria, o fator que impulsionaria a autocrítica na área de RI seria a crise da modernidade. Como observa Knutsen (1997:269), os eventos ocorridos entre 1989 e 1991 simbolizavam não só o final de um conflito, mas o final de uma era: a Era Moderna. Em termos simples, consideramos a Era Moderna o período frouxamente identificado com a Revolução Industrial e o Iluminismo, em que o modo de reprodução da sociedade se liberta da tradição para se ligar à razão instrumental.

Em mais detalhes, conforme explica Giddens (1998:94), trata-se do período histórico subsequente à Idade Medieval, que se caracteriza por: (1) um conjunto de atitudes em relação ao mundo, que passa a ser visto como suscetível de transformação pela mão do homem; (2) um conjunto de instituições econômicas, cuja maior inovação seria a emergência do capitalismo

como modo dominante de produção, o industrialismo e a economia de mercado; e (3) um conjunto complexo de instituições políticas, sobretudo, o sistema de Estados nacionais e democracia representativa de massas.

Todavia, o que torna a modernidade peculiar é sua dimensão de projeto de imposição da razão como norma para transcendência da tradição. Influenciada pelos principais filósofos das Luzes, como Rousseau, Kant e Descartes, a modernidade se apresenta como uma verdadeira mudança ontológica no modo de ver o mundo. Trata-se da luta contra a arbitrariedade da autoridade tradicional e contra os preconceitos e contingências da tradição com a ajuda da razão. Trata-se da crença na existência do “ponto arquimediano”, com base no qual se tornaria possível promover a transformação e a emancipação humana.

Assim, a maior consequência da modernidade para a produção do conhecimento passa a ser a crença de que existe uma verdade “lá fora” que pode e deve ser cientificamente apreendida e compreendida, a fim de libertar o homem da escuridão e, assim, emancipá-lo. É a crença de que o progresso é possível pelo racionalismo. Surge aqui um importante corolário: a concepção da História como uma progressão linear de uma época para outra, sem rupturas, ou descontinuidades. Conforme a concepção de Hegel, que se torna dominante a partir de então, a História passa a ser vista como tendo um “fio condutor” capaz de conduzir progressivamente os homens a escaparem do dilema “mestre/escravo”, ao qual estão presos.

A crítica formulada pela Escola de Frankfurt na metade do século XX, sobretudo, em resposta a eventos que desafiavam uma explicação racional, como o Holocausto e Hiroshima, passa a questionar a validade do projeto Iluminista da modernidade. Na verdade, Hockheimer, Adorno e Benjamin e outros propuseram que a modernidade não fora capaz de realizar suas promessas de emancipação e libertação humana. Ao invés de emancipação, o homem moderno se vê acorrentado a burocracias, ao controle, à comodificação e à disciplinarização.

Conforme explica Jameson (1984), os últimos anos haviam sido marcados por um “milénarismo invertido”, em que previsões quanto ao futuro foram substituídas por ideias do “fim disso ou daquilo”, em alusão às teses de fim da História, da ideologia, da arte, da classe social, do comunismo, do Estado-nação, da democracia social, do Bem-Estar social, entre outros. Contudo, prossegue ele, tais argumentos somente têm sustentação com base na premissa de que estaria ocorrendo algum tipo de ruptura, que ele localiza na passagem da década de 1950 para 1960, quanto ao período moderno. É a modernidade em crise.

Em uma definição extremamente reduzida, Lyotard (1984:xxiv) caracteriza a pós-modernidade como um momento de “incredulidade quanto a metanarrativas”. Em outras palavras, Lyotard expressa o ceticismo pós-moderno quanto à possibilidade de uma teoria universal e fundacional. Em seu cerne, portanto, está a desconfiança e até mesmo a rejeição quanto à possibilidade de um conhecimento objetivo, imutável e universalmente válido.

Nesse sentido, Jameson (1984) via o crescente “ceticismo em relação a metanarrativas” dos pós-modernos como um novo “modo de experiência” gerado pelas condições do trabalho intelectual no capitalismo tardio. Inspirado pela crítica da Escola de Frankfurt à cultura de massas, Jameson (1984) vê na pós-modernidade o predomínio do pastiche e da crise da historicidade. A narrativa da paródia, que exige algum tipo de julgamento moral em relação às normas sociais, teria sido substituída pelo pastiche, com colagens e com a justaposição de imagens e narrativas fragmentadas sem um fio condutor. Quanto à crise da historicidade, ela é percebida na perda da “relação orgânica” entre a História ensinada na escola e a experiência vivenciada nas “cidades multinacionais, verticais e estagflacionadas”, como hoje representadas na mídia e no cotidiano.

Eis aqui o cerne da crítica: a “Verdade” não passaria de uma afirmação formulada com base em uma posição de poder e, por isso, refletiria sempre as estruturas de dominação que pretendem, por meio de um discurso científico, neutras e naturais. Daí surge a crítica pós-moderna à epistemologia positivista, à separação entre sujeito e objeto, à existência de uma realidade “lá fora” passível de apreensão e de compreensão, ao racionalismo instrumental aplicado à ciência e à valorização de dados em detrimento da interpretação.

Nesse sentido, como nos lembra o cantor Sting nos versos da epígrafe a este capítulo, vivemos um sentimento de perda de fé na ciência, no progresso e na religião; um sentimento de perda de direção. Trata-se, sobretudo, da experiência da crise de fundações, com a conseqüente relativização das demandas de verdade. O que era certo se tornou incerto; o que era uno, fragmentou-se; e o que tinha significado, entrou em aporia.

Como corretamente observaram Buzan e Little (2001:21), a principal conseqüência dessa crise para a área de RI é que nos vemos agora obrigados a deixar de conceber o sistema internacional apenas em termos de relações entre Estados soberanos:

O final da Guerra Fria foi marcado por uma explosão de interesse nas questões sociológicas de identidade e nas questões sobre a moralidade e legalidade dos direitos humanos. Assim, nas últimas décadas, tem crescido a consciência de que o objeto de estudo das Relações Internacionais é um sistema internacional que não se resume somente a uma construção político-militar, mas que é também econômica, sociológica e histórica.

Cumprido, portanto, repensar o objeto de estudo da área de RI com atenção às formas pelas quais os indivíduos se organizam política, econômica, social e ecologicamente, e como esses aspectos afetam uns aos outros. Para tanto, as Relações Internacionais passam a incorporar questões metateóricas e a se abrir para outros ramos das Ciências Humanas. Novas abordagens críticas começam a se articular no final da década de 1980, tentando refletir sobre o tipo de conhecimento que produz, questionando pressupostos tradicionais e derrubando os muros que separavam a área de RI da Sociologia, da Filosofia, da Linguística e da Psicologia. Assim, apesar de seu rótulo recorrente de a menos reflexiva e a mais fechada de todas as Ciências Humanas¹¹, o ramo de RI começa a se abrir para ideias e para conceitos que já estavam experimentando sucesso em outros campos de conhecimento. Afinal, se tempos de crise exigiam novos referenciais teóricos, por que não buscar a renovação em ramos correlatos próximos?

Como bem destacaram Nogueira e Messari (2005:10), houve uma espécie de tomada de consciência para o fato de que a área de RI não se encontrava assim tão longe de suas irmãs. Na verdade, “os dilemas e os desafios analíticos e conceituais colocados para a área não eram de natureza diferente nem obedeciam a lógicas diferentes dos dilemas e desafios encontrados por outras áreas do conhecimento”. Não se tratava, portanto, de “reinventar a roda”; e sim, expandir as fronteiras da área, torná-la mais plural e arrancá-la do parquialismo norte-americano que lhe era tão característico.

Além disso, o momento estava marcado por uma inquieta insatisfação de alguns com as teorias dominantes na área. Era um momento de descontentamento e desconforto, mas que produziria resultados positivos, visto que a forma como a “Síntese Neo-Neo” parecia ter homogeneizado o pensamento na área acabou aumentando ainda mais o apetite por ideias e abordagens alternativas. Em tal clima de inquietação criativa, os chamados “insurgentes” e “dissidentes”, conforme caracterizações de Brown (1994:214) e de George e Campbell (1990), darão início a um esforço de levar a ética novamente para a área de RI. Assim, sentindo-se

¹¹ Uma pequena exceção era feita à influência da História e da Economia em seus conceitos, teorias e métodos. Como exemplos, citamos a influência da História na Escola Inglesa e a influência da Economia, sobretudo da Teoria de Jogos e da Teoria das Firms, no pensamento neorealista.

asfixiados e limitados pela camisa-de-força imposta pelo Debate Neo-Neo, insurgentes e dissidentes começam a semear a crítica às premissas daquele saber.

Durante a década de 1990, o debate entre neorrealistas e neoliberais a produção de conhecimento em RI¹². De um lado, tendo como principal expoente Kenneth Waltz (1979, 2004), os neorrealistas enfatizavam a estrutura do sistema internacional e seu papel primário na determinação do comportamento dos Estados. De outro, neoliberais – também chamados de neoinstitucionalistas liberais – ressaltavam a importância das instituições internacionais na promoção da cooperação entre os Estados. Apesar de algumas diferenças pontuais, ambas as tradições comungam da mesma epistemologia racionalista.

Na verdade, não surpreende a afirmação de Jervis (1999:43) de que a lacuna entre ambas não é assim tão grande¹³. As duas correntes se dedicam a questões semelhantes da política internacional, concordam em diversas premissas sobre a natureza humana, sobre o Estado e sobre o sistema internacional e privilegiam os métodos de pesquisa derivados da escolha racional¹⁴. Não causa surpresa, portanto, quando o chamado “Debate Neo-Neo” evolui até atingir uma síntese na crítica de Keohane (1984, 1986) à obra de Waltz (1979, 2004), conforme apontado por Waever (1996).

Mantendo a premissa realista da racionalidade dos atores estatais, Keohane (1984) redobrou o rigor e o formalismo analítico de suas posições teóricas centrais, assim alinhando seu discurso com o estilo intelectual então dominante na Ciência Política norte-americana, também reafirmou o argumento substantivo dos antigos institucionalistas liberais sem, porém, fazer concessões ao idealismo. Assim, Keohane foi capaz de gerar um “programa de pesquisa estrutural modificado” (1986:189) que permitiu uma síntese entre as duas correntes de pensamento: a chamada “Síntese Neo-Neo”¹⁵. A partir do final da década de 1980, a síntese se torna o programa de pesquisa dominante na área de RI, sufocando a reflexão crítica nos círculos acadêmicos, principalmente o norte-americano.

¹² Na época, as duas mais importantes publicações da área, *International Organization* e *International Security*, ambas editadas nos Estados Unidos, estavam repletas de artigos que celebravam os méritos de cada teoria na explicação da realidade da política internacional. Para crítica contundente, ver Waever (1996, 1997).

¹³ Para um resumo sobre as principais características do “Debate Neo-Neo”, ver Baldwin (1993:4-8).

¹⁴ Como reconhece Keohane (1993), o neoliberalismo institucional compartilha diversos pressupostos com o neorealismo, sobretudo, a perspectiva estrutural sobre o sistema internacional.

¹⁵ Segundo Waever (1996), a “Síntese Neo-Neo” experimentou seu ápice no discurso de Keohane no encontro anual da *International Studies Association* de 1988, no qual ele classificou o neorealismo e o neoliberalismo como as duas vertentes do pensamento racionalista na área de RI, em oposição ao pensamento reflexivista, que ele entende ser “incapaz de gerar um programa de pesquisa próprio” (KEOHANE, 1988).

Por tais razões, a “Síntese Neo-Neo” acabou por dominar a produção do conhecimento na área, caracterizada por uma crescente convergência de pressupostos e pela adesão de ambas as correntes aos fundamentos epistemológicos da teoria microeconômica¹⁶, o que gerou uma crescente assimilação mútua das caracterizações acerca da natureza e da dinâmica da política internacional. Afóra uma controvérsia sobre ganhos relativos/absolutos¹⁷, ambas as tradições acabaram criando, na descrição de Waever (1997:21), uma “fábrica de quintal para a maioria dos modelistas matemáticos”, permitindo que a área “finalmente penetrasse na *American Political Science Review* – espaço do predomínio da teoria da escolha racional – com artigos repletos de equações e gráficos”. Antes, porém, devemos destacar as primeiras críticas que tentaram desafiar o discurso dominante de então.

Dialogando diretamente com a revisão que Waltz propõe ao realismo, Robert Cox (1981), coloca em debate a importância da prática teórica¹⁸ ao distinguir as teorias críticas (“critical theories”) das teorias que solucionam problemas (“problem-solving theory”), como o neorealismo e o neoliberalismo. Segundo o pesquisador canadense, ambas correntes se apresentam como preservadoras do *status quo*, já que têm como objetivo explicar e solucionar os problemas que afetam a ordem internacional – sobretudo nas esferas de segurança e comércio, mas sem propor mudanças na ordem mundial.

Propondo uma abordagem neogramsciana que oferecia, simultaneamente, uma crítica às teorias dominantes na área de RI, sobretudo em Economia Política Internacional, e uma alternativa à análise tradicional da política internacional, Cox lança as primeiras bases da Teoria Crítica de Relações Internacionais¹⁹. Seu ponto de partida, como apontamos, é distinguir as teorias ditas críticas das que solucionam problemas. Lembrando que “toda teoria é sempre para alguém e para alguma coisa” (COX, 1981:128), ele antecipa o principal tema da crítica pós-

¹⁶ Ao proceder a uma radical abstração dos atributos das unidades que compõem o sistema internacional, Waltz incorporava nas Relações Internacionais a tendência dominante na Ciência Política norte-americana em aplicar fundamentos e métodos de análise microeconômica. Apesar de não ter inovado, *strictu sensu*, o pensamento realista, Waltz promoveu, segundo descrição de Keohane (1986), um notável esforço para sistematização do realismo político em uma rigorosa e dedutiva teoria sistêmica da política internacional.

¹⁷ Nesse sentido, ver Powell (1993), Snidal (1993) e Grieco (1993a, 1993b).

¹⁸ A concepção acerca da prática teórica como ato político e decorrente necessidade em desenvolver uma teoria crítica para o questionamento das relações internacionais, antecipada por Foucault, Barthès e outros, também estaria presente na crítica pós-moderna/pós-estruturalista às Relações Internacionais.

¹⁹ Para uma visão mais completa sobre a Teoria Crítica, na qual o trabalho de Cox se insere, ver Cox (1987), Gill (1993), Cox e Sinclair (1993), Hoffman (1987), George (1994) e Bronner (1994).

moderna/pós-estruturalista: a relação entre poder e a produção de conhecimento, como apontado por Foucault (1980) no binômio poder/saber.

Seu argumento é que, se ideias e valores são um reflexo de um conjunto específico de relações sociais, que são transformados à medida que as próprias relações se transformam, então todo conhecimento – pelo menos do mundo social – seria o reflexo de determinado contexto social, temporal e espacial. O conhecimento, portanto, não conseguiria ser objetivo e ahistórico, como postulavam neorrealistas e neoliberais. Seria impossível conceber uma realidade onde fatos, observador e valores fossem separáveis: consciente, ou não, todo teórico leva se us próprios valores para a observação da realidade. Cox (1981, 1987) então denuncia o neorrealismo como uma teoria que serve a interesses específicos, cuja preocupação maior é solucionar eventuais problemas que estejam ameaçando o *status quo*. Ao recusar o posicionamento crítico, a teoria reproduz e legitima a relações de dominação no sistema internacional, fazendo-a parecer natural e imutável.

Como alternativa, Cox propõe uma teoria crítica capaz de ao mesmo tempo entender o funcionamento das fontes de estabilidade do sistema internacional e identificar possíveis forças e dinâmicas de transformação e emancipação. Ele, então, transporta o conceito de hegemonia de Gramsci para a área de RI a fim de demonstrar como a ordem internacional produz relações hierárquicas que não seriam, necessariamente, de natureza imperialista, mas sim baseadas em uma combinação de consenso e coerção. Além disso, ao rejeitar a separação entre política e economia, Cox (1981) argumenta ser impossível compreender as relações internacionais – sobretudo suas dinâmicas de mudança – sem prestar atenção para os processos de produção capitalista.

Conforme comentam Nogueira e Messari (2005:144), o esforço de Cox se concentra na “tentativa de integrar, em uma visão complexa e abrangente, os universos da política, da produção, das estruturas internacionais e dos conflitos de classe em um enfoque teórico, cuja qualidade principal é sua historicidade”. Ao denunciar a recusa do neorrealismo em desenvolver prescrições reformistas, ou emancipadoras, ele destaca como o pensamento teórico mantém e reproduz as relações de poder no qual está inserido. Trata-se de uma teoria que perpetua as relações de dominação na ordem internacional, nos termos do nexo poder/saber, impedindo assim o questionamento, a resistência e a emancipação humana.

Entretanto, apesar desse renovado interesse pelo pensamento marxista, sobretudo com base na penetração das ideias da Escola de Frankfurt, as diversas vertentes marxistas que daí se desenvolveram, como a Teoria Sistema-Mundo de Wallerstein, a Teoria da Dependência de Prebisch e a própria Teoria Crítica²⁰, não tiveram fôlego para enfrentar os desafios impostos pelos tempos de crise. Tal fato se tornou mais explícito com o fim da Guerra Fria, visto que a chamada “grande experiência” socialista deu seus últimos suspiros, fazendo com que o futuro se apresentasse liberal e capitalista.

Além disso, mesmo um pensamento tão comprometido com a transformação da ordem como o presente na Teoria Crítica tinha limitações. Apesar da força de argumentos como a concepção materialista da História e o modelo base/superestrutura, as teorias marxistas bebiam da mesma fonte epistemológica que seus opositores.

Na verdade, o debate travado por neorealistas, neoliberais e marxistas até aquele momento, apesar de bastante produtivo em termos de publicações, pouco fez para transcender as limitações da área de RI ou até mesmo efetivamente gerar grandes propostas de mudança nas relações internacionais. Conforme observa Réus-Smit (1996), tal fato seria devido ao caráter “interparadigmático” assumido pelo “Debate Neo-Neo”: ambas as linhas teóricas compartilhavam o mesmo paradigma de conhecimento com base no racionalismo e no positivismo. E aqui podemos também encaixar as teorias marxistas, conforme crítica de Katzenstein (1996), pois elas compartilham os mesmos paradigmas.

Assim, salvo algumas tentativas isoladas²¹, a “Síntese Neo-Neo” se tornou dominante naquelas duas décadas. Conforme observa Waeber (1996:163), o realismo e o liberalismo, em suas versões “neo”, compartilhavam “o programa de pesquisa racionalista, a concepção de ciência e a disposição para operar sob a premissa do estruturalismo (Waltz) e investigar a evolução da cooperação, e determinar se as instituições importam (Keohane)”. O esforço de buscar tal síntese, afirma Waeber (1996:164), “podia ser percebido” em algumas tentativas

²⁰ De forma a distinguir a teoria crítica construída pela Escola de Frankfurt, que possui corpo teórico mais específico, de outras que criticam teorias dominantes, empregaremos Teoria Crítica para designar o grupo que reúne autores como Cox, Gill, Linklater e Brown, por exemplo, e teoria crítica para as demais.

²¹ Como exemplos de inovação, citamos o cosmopolitismo reflexivo de Beck (1992), a teoria da ação comunicativa de Habermas (1981), o comunitarismo de Linklater (1998) e os estudos críticos de segurança de Booth (2004), Krause (1999) e Jones (1999, 2000).

isoladas²², ou na revista *International Organization*: inúmeros artigos testando o realismo contra o liberalismo e vice-versa com a premissa de que o diálogo recíproco era possível²³.

Na visão de Waever (1996:164), o perfil dos trabalhos empíricos publicados na época era de “testes de teoria” (“theory-testing”) e/ou de “artigos teóricos” (“theory-guided”): teoria de regimes, cooperação em anarquia, estabilidade hegemônica, teoria de alianças, negociações comerciais, análise buzanianas de segurança etc. Era possível perceber como a produção de conhecimento na área passou a ser conduzida de forma a privilegiar um reduzido conjunto de questões teóricas com grande quantidade de pesquisa. Nas palavras de Waever (1996:168), o esforço gerou artigos não muito filosóficos, mas com grande sofisticação metodológica. “Foi útil e bem-sucedido. Mas muito chato”, sentenciou ele. A couraça começa a ser rompida aos poucos, como podemos perceber com base no leque de críticas formuladas por construtivistas como Wendt, Kratochwill, Risse-Kappen e Onuf, além de críticos pós-modernos/pós-estruturalistas como Ashley, Walker e Campbell, passando pelas feministas Christine Sylvester, J. Ann Tickner e Cynthia Enloe. A ordem do dia era a crítica às premissas epistemológicas, metodológicas e ontológicas da área.

A primeira martelada imposta àquela couraça é dada por Richard Ashley, que formula uma forte crítica ao realismo estrutural proposto por Waltz, que ele chama de “neorealismo”. Inspirado pela Teoria Crítica e pelo pós-estruturalismo francês, Ashley (1984) via no modelo waltziano um conjunto de mitos e ritos que perpetuavam um saber coletivo sobre as relações internacionais. “Todo grande movimento acadêmico possui seu saber tradicional, seus mitos fundacionais que são lembrados coletivamente, cujo entendimento é institucionalizado por lutas e desafios titânicos que devem superar para estabelecer e manter sua primazia” (ASHLEY, 1984:230).

Ao atacar o triunfalismo do realismo científico, a promessa do estruturalismo, o estatismo exagerado e a perspectiva utilitarista da ação, da ordem social e da mudança institucional, Ashley rejeitou a pobreza do modelo neorealista. Para ele, Waltz era tão obcecado pela figura do Estado que não conseguia enxergar uma realidade povoada por atores não-estatais. O privilegiamento do Estado como ator com interesses fixos e estáveis havia-no deixado cego às formas pelas quais as forças sociais criavam, construía e transformavam interesses. Para Ashley, o compromisso de

²² Waever cita Ruggie (1988) e Buzan *et al.* (1993) como exemplos.

²³ De fato, conforme reconheceriam depois Katzenstein, Keohane e Krasner (1999:36), as palavras de ordem eram “preferência, informação, estratégia e conhecimento”.

Waltz com o individualismo e com a antecedência do indivíduo em relação à sociedade não lhe permitia ver como os processos sociais criavam identidades, interesses e capacidades.

Além disso, o apego excessivo de Waltz ao materialismo produzia uma representação artificial da sociedade, como se ela fosse totalmente despida de ideias, normas, crenças e valores, explicou. Sua recusa em problematizar conceitos fundamentais para a área, como soberania e anarquia, preferindo tratá-los como dados naturais do problema, impedia-lhe de perceber como esses conceitos eram social e historicamente produzidos.

Ashley (1986:297) finaliza sua crítica da seguinte forma:

Do ponto de vista de tal modelo [o de Waltz], a economização da política internacional só pode significar o expurgo da política internacional das capacidades reflexivas que, mesmo limitadas, possibilitam o conhecimento global e a mudança criativa. Só pode significar o empobrecimento da imaginação política e da redução da política internacional a um campo de luta para o choque estratégico cego da razão técnica contra a razão técnica a serviço de fins não questionados.

Outro importante crítico da área de RI é o inglês Linklater (1982, 1990, 1998), que concentra suas energias no tratamento preferencial que Waltz concede ao Estado. Para Linklater (1998:34), “a tirania do conceito de Estado nacional soberano empobreceu a imaginação política ocidental”. O conceito de Estado, segundo o inglês, passou a ser mecanismo central na reprodução das estruturas de dominação e de exclusão, e, portanto, principal obstáculo à emancipação humana. Para o inglês, a reafirmação dos princípios éticos comuns aos indivíduos exige ancorar a moral universal em uma comunidade política mais ampla e inclusiva, capaz de ultrapassar os limites dos Estados nacionais.

Associando emancipação a um processo de crise do Estado, Linklater (1990) se inspira na teoria da ação comunicativa de Habermas (1981) para propor uma nova ética do diálogo, de escopo global e consensual, em busca de um novo equilíbrio entre diversidade e universalidade. Enxergando nos processos de integração europeia uma tendência da política internacional, Linklater (1998) sugere que parte do sistema internacional estaria entrando em uma fase pós-Vestfaliana, em que os Estados perdem seus privilégios.

Outra importante crítica ao neorealismo de Waltz parte de Alexander Wendt, que introduziu na área de RI o debate sobre o “dilema agente/estrutura²⁴”, por meio de uma série de artigos publicados entre 1987 e 1992. Ao indagar como a área deveria conceituar a relação entre

²⁴ Sobre o “debate agente/estrutura” em geral, além de Wendt (1987, 1991, 1992, 1999), ver Carlsnaes (1992) e Dessler (1989). Para uma revisão recente, ver Wight (2006).

agentes (os Estados) e estruturas (o sistema internacional), Wendt criticou o atomismo ontológico e o positivismo epistemológico que, segundo ele, estavam na raiz da metateoria que unia neorealistas e neoliberais.

Wendt (1987) escreve que a solução de Waltz (1979) para o dilema “agente/estrutura” era privilegiar a estrutura: primeiro examinar as propriedades agregadas das capacidades dos Estados em determinar uma estrutura definida pela distribuição de poder militar, e depois postular que era ela que restringia o comportamento dos Estados, gerando assim padrões de interação estatal. Contudo, afirma Wendt, Waltz não percebe como as estruturas faziam mais do que somente restringer agentes; elas também construíam suas identidades e interesses.

Ao buscar inspiração na Teoria Social, em especial no conceito de Giddens (1984) para estruturação social, Wendt (1987, 1992) argumentou que uma estrutura normativa internacional molda as identidades e interesses dos Estados e, por meio de práticas e interações, os Estados são capazes de recriar essa mesma estrutura. Ele chama nossa atenção para a importância da interação estatal para entendermos a sustentação e a transformação das estruturas normativas. As normas não operam às escondidas, pelas costas dos atores. Ao reproduzirem reflexivamente normas com base em conhecimentos, hábitos e rotinas tradicionais, os atores determinam o que são. Em determinados momentos, eles tentam, de forma consciente, construir novas normas que afetam não apenas os incentivos para determinado comportamento, mas a própria estrutura.

Ao entender que nenhuma estrutura poderia ser tão determinante a ponto de eliminar por completo a capacidade dos agentes para a reflexão crítica e, com ela, a capacidade para a transformação consciente da estrutura, Wendt recorre à Teoria Social para expor os principais problemas conceituais do modelo waltziano e sugerir possíveis soluções. Em 1992, já se declarando construtivista, ele desenvolveu uma crítica à forma como as teorias dominantes concebiam anarquia exclusivamente pela lógica do conflito.

Como alternativa, ele propôs uma concepção de anarquia que admitia a cooperação. Enxergando-a como conceito socialmente construído, assim como a realidade, Wendt entendeu que a anarquia admitia tanto o conflito quanto a cooperação: dependia da vontade dos Estados (“Anarchy is what states make of it”). Assim, ele tenta refutar o determinismo da estrutura sobre os agentes, destacando que a relação entre ambos não seria de causalidade, mas de coconstituição. Para Wendt, os fundamentos epistemológicos da microeconomia empregados por Waltz pareciam ter como objetivo gerar referências para tentar minimizar o vazio experimentado

com a ausência de mecanismos capazes de integrar elementos ideacionais da subjetividade humana, como cultura, identidade, normas, valores, aspirações e sentimentos. Para ele, a tendência racionalista em tratar tais elementos como informação gerava uma visão de política sem paixões ou princípios, que não correspondia à realidade.

Sua maior contribuição, entretanto, e que se tornaria premissa básica da corrente construtivista²⁵, é que vivemos em um mundo que construímos, do qual somos protagonistas, e que é produto de nossas escolhas, das quais somos agentes, e que se encontra em permanente processo de construção social. Não se trata de um mundo que, conforme caracterização feliz de Nogueira e Messari (2005:164), “nos é imposto, que é predeterminado, e que não podemos modificar”. De fato, por ser um mundo socialmente construído, ele pode ser mudado, transformado, ainda que dentro de certos limites.

Autoidentificando-se como construtivista, porém com influências e alinhamentos distintos, Kratochwill (1989) foi outro autor a golpear o discurso dominante do neorealismo. Ao recorrer a Wittgenstein para repensar as premissas da área, ele identificou na linguagem, em especial as regras que regem os atos de fala (os jogos de linguagem), a fonte das normas que nos permitem apreender a realidade em que vivemos. Ao contrário de Wendt, que se declara mais próximo da Teoria Social (WENDT, 1999:107), Kratochwill se deixa influenciar pela Linguística.

Para esse autor crítico, “a realidade lá fora” não era determinante, uma vez que seria a linguagem que usamos para nos referir à realidade que motivaria nossos entendimentos sobre ela e, portanto, nossas próprias ações. Isso significa que a linguagem não reflete, representa, ou descreve a realidade: ela constrói a realidade, ela é ação. A compreensão das regras que regem e constroem socialmente a realidade dependeria, assim, da compreensão das regras que regem os atos de fala. Para Kratochwill, a natureza social da realidade não admite que ela seja entendida pelos mesmos métodos que são empregados para conhecer a natureza. O caminho para sua compreensão deveria passar pela subjetividade, pela reflexão acerca das implicações da linguagem para a construção da realidade e pelo conhecimento das normas que regem a agência humana.

²⁵ Para uma narrativa sobre as premissas básicas do Construtivismo, ver Ruggie (1998). Para uma caracterização do Construtivismo como “meio termo” entre as teorias racionalistas e seus críticos reflexivos, ver Adler (1997). Com visão semelhante, ver Checkel (1998) e Jorgensen (1997).

A análise do comportamento dos agentes não deveria privilegiar a ação em si, mas as regras e normas que orientam e organizam os discursos dos processos de tomada de decisão. As normas deixam de ser entendidas como meros instrumentos que organizam o comportamento humano: elas legitimam, justificam, racionalizam, tornam possíveis determinados atos. Elas se revelam a matéria com a qual decisões, atos, comportamentos e ideias se tornam naturalmente aceitáveis, ou não.

No decorrer da década de 1990, o Construtivismo, principalmente a vertente aberta por Wendt, foi aos poucos entrando para o chamado *mainstream* da área de RI. De virtualmente ausente dos principais periódicos da área na década de 1980, ele veio a ocupar posição de destaque na área, com vários autores passando a se autodefinirem construtivistas²⁶. Conforme caracteriza Guzzini (2000:147), trata-se de uma “verdadeira história de sucesso”, apesar de críticas recorrentes²⁷, inclusive a de que não seria propriamente uma teoria²⁸. Contudo, reconhecemos que o Construtivismo contribuiu para o avanço do “Terceiro Debate” ao explorar temas que seriam retomados por críticos pós-modernos/pós-estruturalistas, como a problematização de conceitos e teorias, a caracterização da realidade como construção social²⁹ e a importância das identidades.

Em resumo, as críticas oriundas das abordagens construtivistas foram importantes para aprofundar o questionamento das premissas das teorias dominantes na área de RI. Em especial, a conceituação da realidade como construção social permitiu pensar o fenômeno das relações internacionais em termos novos. A mudança não se limita a uma forma nova de ver o mundo; mudamos a forma de ver nós mesmos.

O reconhecimento da natureza social da realidade nos permite enxergar as reificações³⁰ que promovemos em nossa área de conhecimento. Soberania, por exemplo, seria um conceito, e não algo que sempre existiu: é produto de forças históricas e de interação humana que gerou diferenciações em relação à fonte da autoridade política. Torna-se necessário reconhecer,

²⁶ Além dos já citados, incluímos Michael Barnett, Didier Bigo, Jeffrey Checkel, Martha Finnemore, Ernst Haas, Peter Katzenstein, John Ruggie, Chris Réus-Smit, Kathryn Sikkink, Ole Waever e Jutta Weldes.

²⁷ Como exemplos de críticas, ver Guzzini e Leander (2006), Smith (2001a, 2001b) e Zehfus (2002).

²⁸ Jorgensen (2001) afirma que o Construtivismo seria uma metateoria porque pretende explicar a constituição da realidade como um todo, e não apenas a internacional.

²⁹ Para discussões recentes sobre realidade como construção social, ver Hacking (1999) e Searle (1995).

³⁰ Processo por meio do qual as criações humanas passariam a ser concebidas como fatos da natureza, produto de leis cósmicas, ou manifestação da vontade divina. Ver Berger e Luckmann (2008).

assim, que o conceito possui uma relação com a História: surgiu em um determinado momento, passou por inúmeras transformações e, provavelmente, passará por outras. Todavia, as teorias dominantes o reificaram, naturalizando-o como imutável, fixo e ahistórico.

Para Buzan e Little (2001:25), essa teria sido a principal razão da atrofia da área. Presos à “camisa de força de Vestfália”, os conceitos passaram a impedir internacionalistas de verem como o sistema de Estados surgido em meados de Vestfália foi substancialmente se alterando até os dias atuais:

Assim, uma atitude dominante, em parte contra a História, em parte lhe sendo até indiferente, passou a integrar a tradição das Relações Internacionais. Gradualmente, ela tomou a forma que hoje chamamos de camisa de força de Vestfália: uma forte tendência em supor que o modelo estabelecido na Europa do século XVII deveria definir o que o sistema internacional seria para todos os lugares e tempos.

Assim, comprometidos com postulados e premissas ancoradas no racionalismo, no positivismo e no materialismo, as teorias dominantes preferem conceber a política externa como reação, por parte de Estados com identidades predeterminadas e interesses estáveis, às forças físicas que atuam em objetos materiais, partindo do exterior. Pressupõe-se que a sobrevivência do Estado em um mundo físico independente e hostil deva orientar as escolhas em política externa.

Todavia, esse tipo de abordagem, ainda preso à “camisa-de-força vestfaliana” a que aludimos anteriormente, toma como dado conceitos e categorias que pós-modernos/pós-estruturalistas querem problematizar. As análises tradicionais de política externa, sejam elas feitas no marco neorrealista, ou no neoliberal, estariam preocupadas com formular modelos explicativos, generalizar postulados e gerar previsibilidade. Em outros termos, buscam o tal “ponto arquimediano” com base no qual possam ancorar análises e recomendações de *policy*. Tal tipo de análise, acreditamos, seria deficiente, incompleto e insatisfatório. Com base na classificação de Lynn-Doty (1993), são análises que fazem perguntas do tipo “Por que?”, visto que sua preocupação é em compreender a motivação de um comportamento específico para que seja possível prever sua recorrência no futuro. Na caracterização de Little (1991:4), o objetivo é calcular a probabilidade de determinado resultado, ou comportamento político.

Nossa crítica a tais análises tradicionais fica mais clara se partirmos do conceito de “interesse nacional”, tido como fundamental pelas teorias dominantes para todo e qualquer estudo acerca do comportamento dos Estados no sistema internacional. Presas a uma noção predeterminada, fixa, estável e monolítica do que seria “interesse nacional”, as análises

tradicionais de política externa não conseguem conceber os processos sociais de construção do Estado, dos interesses, do sistema internacional e da própria realidade.

Por tais razões, as análises tradicionais reproduzem, em sua essência, o legado de Morgenthau que, ao definir “interesse nacional” em termos de poder, postulava que o conceito deveria ser entendido como “o principal indicador” para que o tomador de decisões pudesse “achar seu caminho através da paisagem da política internacional” (MORGENTHAU, 1978:5). Seu conteúdo, diria o filósofo alemão, deveria ser inferido da anarquia, do caráter de autoajuda do sistema internacional. Presos no “dilema da segurança” (HERZ, 1951), os Estados deveriam deduzir racionalmente seus interesses nacionais, cujos objetivos deveriam ser sempre orientados para “proteger sua identidade física, política e cultural contra a intromissão de outras nações” (MORGENTHAU, 1951:972).

Qual parece ser o problema de tal abordagem? A nosso ver, a proposição de Morgenthau se revela bastante vaga. Como bem observou Sonderman (1987:60), o conceito é “muito extenso, muito geral, muito vago, e inclui muita coisa”. Postular que os Estados buscam sua sobrevivência em um ambiente hostil e que deveriam, portanto, identificar e perseguir seus interesses nacionais, não oferece muito em termos das escolhas específicas que confrontam os formuladores de política externa. A expressão “identificar e perseguir os interesses nacionais” acaba virando uma caixa vazia, despida de qualquer “conteúdo substantivo”, nas palavras de Rosenberg (1990:291).

De fato, a lógica da existência de um interesse nacional passível de identificação racional e objetiva se baseia na suposição, que entendemos ser incorreta, de que a realidade seja um domínio independente e acessível a observadores; de que haveria algo chamado “interesse nacional” que pode ser identificado e perseguido por políticas adequadas. Como Weldes (1996:279) argumenta, interesses, assim como realidade, atores, e poder, não são autoevidentes: “objetos e eventos não se apresentam sem problemas ao observador”; “são produtos de interpretação, de subjetividade”.

A recusa das análises tradicionais em problematizar conceitos, categorias e realidades indicam aquilo que Luttwak identificou como “o preconceito iluminista” inerente ao realismo e suas revisões posteriores. tal preconceito teria levado uma grande geração de analistas de Relações Internacionais a privilegiar uma análise de política externa do tipo “Por que?”, com base em uma perspectiva estratégica e racionalista.

Concordando, em parte, com a proposta construtivista de Wendt (1992; 1999) para o “dilema agente/estrutura”, vemos como necessário rejeitar a noção do imperativo de sobrevivência do Estado devido à existência de uma suposta estrutura anárquica do sistema internacional. Ao escrever que “anarquia é o que os estados fazem dela” (WENDT, 1992:395), ele defende que a estrutura anárquica que os neorealistas e os neoliberais dizem determinar o comportamento dos Estados seria uma construção social³¹. Rejeitamos, assim, conceber política externa com base na existência *a priori* de uma “realidade lá fora”, cuja estrutura seria predeterminada como anárquica, com Estados acabados e eternos, dotados de identidades e interesses fixos e imutáveis. A possibilidade para ação não se encontra na realidade (a estrutura), nem nos Estados (os agentes), mas na interpretação e nos significados que lhes atribuímos.

Conforme define Weldes (1996:280), o “interesse nacional” é uma “construção social convertida em objeto de significado com base em significados criados intersubjetiva e culturalmente por meio dos quais compreendemos o mundo, e, em especial, o sistema internacional e a posição que os Estados ocupam nele”. Ela argumenta ainda que, “o interesse nacional emerge das representações através das quais diplomatas e servidores públicos compreendem o mundo”. Como isso acontece?

Recorrendo a um universo de elementos culturais e linguísticos à nossa disposição, criamos representações que constroem objetos (ex.: Estados, interesses, formuladores de política, instituições, atores não-estatais, movimentos sociais etc.) e lhes atribuímos uma identidade (ex.: agressivo, cooperativo, hostil, pacífico, não-ameaçador, revisionista etc.) que pareça aceitável e razoável. Ao imaginarmos um Estado qualquer que tenha sido socialmente construído como agressivo às democracias ocidentais, por exemplo, tomamos como razoável e aceitável presumir que ele se aliasse a outros regimes totalitários.

Como consequência, quando formulamos uma determinada representação das relações internacionais, nós a povoamos com objetos ao mesmo tempo em que lhes atribuímos identidades. O sistema de representações e significados resultante define a identidade (agressivo a democracias) e o comportamento daquele Estado (buscar aliança com regimes autoritários). O interesse nacional recebe conteúdo e significado no momento em que é transformado em objeto

³¹ Para Wendt (1999), se o sistema é dominado por Estados que veem anarquia como uma situação de vida, ou morte, uma anarquia “Hobbesiana”, nas suas próprias palavras, o sistema será caracterizado por uma luta de todos contra todos. Se, ao contrário, a anarquia for vista como uma situação restrita – uma anarquia “Lockeana”, então, um sistema mais cooperativo emergirá.

de interpretação, de discurso. Assim, como já argumentou Wendt (1992:398), se “as identidades estão na base dos interesses”, e se essas são fruto de processos de significação e interpretação, precisamos de teorias que esclareçam a “estrutura intersubjetivamente construída de identidades e interesses” dos Estados (WENDT, 1992:401).

Entretanto, discordamos de Wendt ao postular que a reflexão sobre a relação de coconstituição entre estruturas e agentes deve incorporar não apenas os elementos ideacionais e materiais, conforme Wendt faz. A reflexão deve se estender, necessariamente, ao campo do simbólico em termos de produção de significados de forma a recepcionar subjetividades múltiplas. Por tais razões, buscamos uma abordagem que conceba uma realidade na qual objetos, sujeitos e ações possuam significados e que reconheça a natureza instável e performática das identidades que lhe são atribuídas. Buscamos uma abordagem que dê conta daquilo que Foucault (1972:49) caracterizou de “práticas que sistematicamente formam os objetos sobre os quais falam”. Em resumo, buscamos uma análise de política externa que, coerente com as críticas pós-modernas/pós-estruturalistas aqui apresentadas, leve em conta o papel dos discursos como práticas sociais de (re)produção de significados e de representações.

Por tais razões, a análise de política externa em tempos de crise deve se recusar a pressupor a existência *a priori* de realidade, agentes e interesses, e a privilegiar indivíduos ou coletividades como *loci* de significação. Ela deve reconhecer a autonomia da linguagem na construção social da realidade, e que estruturas, agentes e identidades são construídos e articulados dentro de práticas discursivas. Ela deve ser capaz de conceber poder para além da expressão de capacidades materiais, de forma a incluir a capacidade de construir categorias do senso comum. Ela deve, sobretudo, reconhecer nos discursos a principal agência na construção das realidades de forma a nos equipar com os instrumentos críticos necessários a responder satisfatoriamente a perguntas do tipo “Como?”: como uma determinada realidade é produzida e como ela cria as condições de possibilidade de determinadas práticas políticas.

Várias são as vantagens de tal abordagem. Primeiro, não apenas ampliamos o conceito de política externa, como também problematizamos a realidade e os sujeitos ao reconhecer que eles não possuem existência fora dos discursos nos quais se inserem. Segundo, o espaço da política externa é ampliado para além das burocracias, ou indivíduos, às quais ela é tradicionalmente associada. Nesse sentido, a concepção de política externa deixa de estar limitada à noção de um específico processo de tomada de decisão, ou até mesmo a um evento, ou fato, específico em uma

arena política privilegiada. Da mesma forma, podemos transcender a própria figura do “formulador de política externa”. Tanto o espaço como o agente de política externa deixa de ser privilegiado para ser ampliado para qualquer local, ou indivíduo, inserido nas práticas discursivas de produção de significado.

Terceiro, a política externa é ampliada para além das instituições políticas oficiais, de forma a incluir todas as esferas da sociedade e, mais especificamente, toda e qualquer esfera capaz de articular, propagar e disseminar sistemas de significados e representações. Assim, seu funcionamento como instituição de política externa depende mais de seu alinhamento ao sistema de representações de uma sociedade do que qualquer outro elemento. Um filme comercial, por exemplo, pode se tornar uma instituição de política externa, se os significados por ele disseminados forem aceitos e reconhecidos como “realidade” pelo público em geral.

Entre as diversas tentativas de análise de política externa no marco pós-moderno/pós-estruturalista, sobretudo aquelas de abordagem discursiva, a proposta desenvolvida por Campbell (1990, 1998) apresenta o maior potencial para repensar os estudos de política externa em tempos de crise. Sua contribuição reside em perceber que a política externa é alimentada por outras dimensões além dos imperativos da necessidade do ambiente externo.

Pesquisando a política externa norte-americana da Guerra Fria, ele observou que “os textos de política externa estão repletos de declarações sobre a realização da república, o objetivo fundamental da nação, os direitos dados por Deus, códigos morais, os princípios da civilização europeia, o medo da perda cultural e espiritual, as responsabilidades e deveres atribuídos ao iluminado exemplo da América” (CAMPBELL, 1998:31).

Tais considerações o levaram a uma série de indagações. Primeiro, qual o significado de tantas representações, imagens e referências quanto ao que seria a América no discurso de política externa? Qual significação de América estaria sendo construída? Qual a relação entre o discurso de política externa e a atribuição de uma identidade à América? Como isso acontece? Que identidade é essa? Qual a implicação da reconfiguração da relação entre política externa e identidade para a área de RI?

Com efeito, ao substituir a tradicional pergunta “Como a política externa serve à defesa dos interesses nacionais?” por “Como, pela determinação do que é externo, estrangeiro e diferente – do “Outro”, a política externa ajuda a produzir e a reproduzir sua própria

identidade?”, Campbell tenta problematizar os processos de construção de identidades e interesses ao trocar uma metodologia ancorada no racionalismo e na historiografia narrativa por uma metodologia discursiva. Nesse sentido, ele argumenta:

O conhecimento contemporâneo esteve geralmente satisfeito em ver política externa explicada como um fenômeno estado-cêntrico no qual existe uma reação internamente mediada em relação a uma situação externamente induzida de ameaças ideológicas, militares e econômicas. (...) Como nós (nós, principalmente, mas não exclusivamente, da área das Relações Internacionais) passamos a conceber política externa como o emprego externo da razão instrumental em nome de uma identidade interna não-problemática situada em uma esfera anárquica de necessidade? (CAMPBELL, 1998:36-7)

Em seguida, ao rejeitar a literatura convencional sobre nação, Estado e identidade nacional, que entendia a essência da nação como anterior à realidade do Estado, Campbell (1998:11) argumenta o contrário: “grande parte da sociologia histórica recente postula que é o Estado que precede a nação, que o nacionalismo é uma construção do Estado na busca da legitimidade”. Com base na noção de Anderson (1991) de nação como “comunidade imaginária”, Campbell (1998) concebe os Estados como entidades paradoxais que não possuem identidades estáveis, fixas e pré-discursivas. Por serem processos inacabados, eles se encontram em necessidade permanente de reprodução.

A política externa passa, então, a ser concebida como uma arena privilegiada para a reprodução das condições de existência do próprio Estado, devido a sua capacidade de produzir o “externo”. “A política externa deixa de ser uma preocupação sobre as relações entre Estados entre fronteiras ahistóricas, congeladas e predeterminadas, para uma preocupação com o estabelecimento das fronteiras que constituem, simultaneamente, o ‘Estado’ e o ‘sistema internacional’”, finaliza (CAMPBELL, 1998:61).

Concebida nessas linhas, a política externa passa a ser vista como prática política para a produção da diferença, em relação a atores e eventos, com base em uma matriz identitária nacional. E identidade nacional, como sustentado por Campbell, não se refere, necessariamente, às supostas características de uma nação, e sim às práticas de exclusão, de marginalização, de vigilância e de punição que normalizam o corpo interno do Estado.

Ele propõe a distinção entre dois tipos de política externa (CAMPBELL; 1990, 1998). O primeiro tipo, ao qual ele se refere em minúsculas, refere-se a “todas as relações de “Outricidade”, de práticas de diferenciação, ou de modos de exclusão que constituem seus respectivos objetos como ‘estranhos’” (CAMPBELL, 1990:271). Nesse caso, trata-se de “política

externa” divorciada do Estado, que emprega modos de representação e significação para disciplinarizar e domesticar a ambiguidade, a contingência e o estranho. Para ele, a “política externa” cria as condições de possibilidade do segundo tipo: a “Política Externa” em maiúsculas, mais familiar ao senso comum. Apesar de não estar tão diretamente implicada na produção de identidades como a “política externa”, a “Política Externa” serve à reprodução da constituição da identidade que foi tornada possível pela “política externa”.

Tal distinção nos permite entender como nos acostumamos a conceber política externa somente como “Política Externa”, em que um determinado espaço, ou modo de representação, é privilegiado. Deixamos de perceber que as práticas de “política externa” continuam a funcionar, disciplinarizando a ambiguidade e a contingência, naturalizando padrões e relações sociais como se fossem permanentes, ou universais. Temos dificuldade em perceber como a “política externa” é constantemente mobilizada para produzir diferença, assegurar ao Estado soberano papel privilegiado na representação política e legitimar a exclusão de alternativas que não se ajustem ao regime dominante.

Percebendo como a pós-modernidade colocou as identidades nacionais em xeque, e com elas os próprios Estados, visto que suas fronteiras já não se definem tão facilmente, Campbell entendeu como os Estados recorrem à política externa como autodefesa a fim de enfatizar a necessidade de sua própria existência e assegurar a identidade nacional. Assim, as práticas de política externa passam a ser utilizadas para marcar fronteiras e disciplinarizar os corpos contidos no interior do espaço reclamado como exclusivo da soberania do Estado, com o intuito de preservar o próprio Estado.

No tratamento que Campbell concede às identidades, a realidade é discursiva, e o desafio é identificar as consequências políticas do privilegiamento de um modo de representação em relação a outros, isto é, pela escolha de um discurso em detrimento de outros. Assim como Connolly (1991), ele se preocupa em incorporar o elemento do poder no problema da estabilização dos significados da identidade. Seu argumento prossegue com a noção de que “perigo” serve para reafirmar espaços morais criados para definição de fronteiras éticas e territoriais pelo estabelecimento de dicotomias próprias do pensamento logocêntrico ocidental. Como base nos “discursos de perigo” que mostram o de fora como fonte de perigo, os Estados reafirmam suas fronteiras morais e suas identidades e, por consequência, a legitimidade de sua autoridade.

Conforme Brown (2001:61), o objetivo de Campbell em estudar conflitos, como a Guerra do Golfo e da Bósnia, é demonstrar a inutilidade de abordagens normativas como a da Teoria da Guerra Justa. Em vez de avaliar o comportamento dos participantes no conflito com base em um medidor ético supostamente imparcial e objetivo, Campbell (1996) propõe uma “ética de encontros”. Assim, ao adotar uma metodologia “mais pessoal e menos geral”, Campbell consegue tratar identidades e interesses ao mesmo tempo em que os problematiza, posto que não os vê como dados, mas como sendo construídos ao curso do próprio conflito, conclui Brown (2001).

Com base na noção de que gênero não é uma essência interior ao corpo humano, mas uma construção discursiva que tem por propósito disciplinarizar a sexualidade, Campbell argumenta que a constituição da relação “gênero/corpo” pode ser utilizada como analogia à constituição da relação “identidade/Estado”:

Gostaria de sugerir que a constituição performática de gênero e corpo é análoga à constituição performática do Estado. Especificamente, eu quero sugerir que nós podemos entender o Estado como não tendo ‘nenhum status ontológico além dos vários atos que constituem sua realidade’; que seu status como uma presença soberana na política mundial é produzida por ‘um discurso de identidade primária e estável’; e que a identidade de qualquer Estado particular deveria ser entendida como ‘constituída tenuamente no tempo... através de uma repetição estilizada de atos’, e alcançada não através de um ato de fundação, mas através de um processo regulado de repetição.
(CAMPBELL, 1998:9)

Para o pesquisador australiano, as teorias dominantes de RI sempre entenderam que a essência da nação precede a realidade do Estado, ou seja, a “identidade” do povo seria a base de legitimação dos Estados e de suas práticas. No entanto, “os Estados nacionais constituem entidades paradoxais que não possuem identidades estáveis e pré-discursivas” (CAMPBELL, 1998:12). Assim, todos os Estados seriam marcados pela “tensão inerente entre os vários domínios que precisam ser alinhados para que uma ‘comunidade política imaginada’ possa ganhar corpo”, e a demanda por tal alinhamento constituiria “uma reação a, ao invés de constitutivo de, uma identidade prévia e estável” (CAMPBELL, 1998:12).

Ao destacar como os avanços na Teoria Social sinalizavam uma reificação do conceito de Estado, Campbell nos revela como ele passou a ser entendido como precedendo a nação, transformando o nacionalismo em ferramenta de legitimação do Estado (CAMPBELL, 1998:11). Apesar de normalmente entendido como um conceito fechado, o Estado não possui *status* ontológico. Anderson (1991) já postulava a ideia de Estado como processo inacabado, lembra ele.

Se a essência do Estado é a identidade, e se ela não é fixa, nem estável, a identidade requer contínua reafirmação para preservar a própria ideia de Estado.

A política externa funciona como uma arena privilegiada para a reprodução das condições de existência do Estado, devido a sua capacidade de produzir discursivamente o “Outro”. “A política externa deixa de ser uma preocupação sobre as relações entre Estados com fronteiras ahistóricas, congeladas e pré-determinadas, para se tornarem uma preocupação com o estabelecimento das fronteiras que constituem, simultaneamente, o ‘Estado’ e o ‘sistema internacional’” (CAMPBELL, 1998:61). A política externa, portanto, revela-se uma prática de produção de diferença, de definição de fronteiras entre o interno e o externo, entre o que é familiar e o que é estranho, entre o que conforta e o que ameaça. Seu discurso passa a ressaltar as ameaças à segurança nacional e à integridade da coletividade, a incerteza pela presença de elementos estrangeiros, ou estranhos, ao suposto corpo homogêneo do Estado.

O resultado seria a mobilização constante da política externa como prática de produção de perigo e da diferença para assegurar ao Estado soberano uma posição privilegiada para a realização da identidade política e de legitimação da exclusão de subjetividades alternativas que não se ajustem ao regime dominante. Pensar política externa como prática de produção de fronteiras permite desconstruir a ideia de um sistema internacional pré-existente, ao qual os Estados devem se adaptar. Também nos permite vislumbrar uma esfera internacional formada por múltiplas práticas de diferenciação e de delimitação de fronteiras. A (re)produção da “Outricidade” de forma a assegurar a estabilidade da entidade do Estado se torna o objetivo da política externa.

A análise de política externa vê seu foco deslocado das declarações de chefes de Estado, de documentos emitidos por instituições e burocracias governamentais, da ênfase na materialidade de interesses estratégicos e ameaças em um mundo “lá fora”, da busca da identificação, descrição e previsão de padrões de regularidade para a teorização sobre uma explicação universal e unificada acerca do comportamento dos Estados no ambiente estruturalmente anárquico do sistema internacional. Em vez disso, ela direciona sua atenção para a localização da política externa em seu contexto discursivo particular. Busca-se, entre outros objetivos, identificar e problematizar os mecanismos e processos de constituição e de reprodução de significados identitários, mapear as representações de ameaça, interesse, nação, e segurança que se mostram capazes de mobilizar políticas específicas, investigar empírica e criticamente

como as construções de identidade permitiram a formulação de determinadas políticas e, sobretudo, desafiar os significados dominantes.

Metodologicamente, a análise de política externa em tempos de crise se dedica a mapear significados, representações, narrativas e mitos que indicam uma lógica de construção de um “Eu” privilegiado – significado como “bom”, “puro”, “desejável”, “inocente”, “civilizado”, ou “justo” – em oposição a um “Outro” radical significado como “mau”, “impuro”, “indesejável”, “doente”, “bárbaro”, “agressor”, ou “louco”. A seguir, uma vez localizada tal lógica de construção de identidades em uma formação discursiva, torna-se possível identificar a ideologia que tenta sustentar e estabilizar o discurso de (re)produção de identidades. Ao desnudar o conteúdo ideológico do discurso, revelando seu caráter arbitrário e, portanto, não-natural, abre-se a possibilidade para sua crítica e sua desconstrução.

A fim de evitar as limitações impostas pela “camisa-de-força de Vestfália”, a análise de política externa precisa buscar incorporar a crítica às dicotomias presentes no discurso da anarquia. Como exemplo bem-sucedido, recorremos à obra que o próprio David Campbell (1998) dedica à política externa norte-americana. Ao pensar o Estado genealógicamente, ele quer compreender como, pela determinação do externo, do estrangeiro, do de fora, a política externa ajuda a produzir e reproduzir a própria identidade do Estado, e reafirmar a necessidade de sua existência. Campbell inova ao subverter a visão tradicional de que a política externa seria produto de sua constituição doméstica.

Em seu argumento, Campbell postula que os Estados absolutistas se sustentavam na noção transcendental do poder de Deus conferido ao soberano, cuja ideia, porém, perde sentido no mundo moderno e secular, povoado por Estados nacionais construídos com base em nacionalismos e em projetos de identidade nacional. Na pós-modernidade, essas identidades, até então consideradas relativamente estáveis e fixas, encontram-se sob ameaça. Num movimento de autodefesa, os Estados passam a submeter seus cidadãos a “discursos de perigo” e a práticas de “evangelização do medo” para reforçar fronteiras, excluir o diferente e disciplinarizar o corpo interno com base em representações do que seria a identidade nacional a ser assegurada e protegida. A produção da diferença, e sua conversão em “Outricidade”, se tornam essenciais para a afirmação do “Eu” e da necessidade de existência do Estado.

Nos termos de sua crítica, a política externa deixa de ser vista como a expressão das relações de um Estado pré-existente com os demais Estados no plano internacional e passa a ser

constitutiva do próprio Estado. Sobretudo, mas não se limitando a momentos de crise em que as identidades nacionais se encontram por demais instáveis e ameaçadas, a política externa se revela uma prática de produção de fronteiras. A reprodução das identidades nacionais pela política externa se mostra central para produzir fronteiras e disciplinarizar comportamentos no espaço nacional no intuito de preservação desse espaço privilegiado.

Pensar política externa como “produção de fronteiras” e “disciplinarização de corpos” permite a Campbell desconstruir a noção de um sistema internacional dado, ao qual os Estados devem se adaptar por meio de suas políticas externas. A esfera internacional é vista como uma arena, povoada por Estados sem identidades pré-existentes e seguras, na qual múltiplas práticas de diferenciação e delimitação de espaços se cruzam e se chocam. Para ele, devemos problematizar a produção de espaços morais com base em dicotomias “dentro/fora”, “interno/externo”, “Eu/Outro” etc.

Igualmente provocadora é sua problematização da identidade do Estado, ao rejeitar a forma pela qual a área de RI via a nação precedendo a realidade do Estado; em outras palavras, o nacionalismo como base da legitimação da criação dos Estados. Entretanto, Campbell (1998:11) chama nossa atenção para como a reificação desse conceito nos fez pensar o Estado como anterior à nação, transformando o nacionalismo em ferramenta estatal para legitimar sua existência.

Para Campbell, embora sempre visto como um conceito fechado, o Estado não possui tal *status* ontológico: ele precisa se reproduzir constantemente. Se a essência do Estado é a identidade e se essa essência não é fixa nem estável, se faz necessário para a preservação da ideia de Estado que a identidade esteja sempre sendo reafirmada. “A articulação constante do perigo através da política externa é, assim, não uma ameaça para a identidade ou para a existência de um Estado; mas sim sua própria condição de possibilidade”, finaliza Campbell (1998:12).

Como podemos concluir, sem crise não há saber (HALLIDAY, 1996). Assim como os tempos de crise motivaram a institucionalização da primeira cátedra da área de RI em 1919, os tempos de crise atuais, inegáveis a partir de 1989, nos impulsionam a repensar os caminhos da produção de conhecimento em RI. O momento de crise se apresenta como propício à busca de alternativas às amarras impostas pelas teorias dominantes em sua prática do conhecimento. Urge refletir e problematizar como a área de RI produz e reproduz teorias, modelos e saberes se tornaram um discurso de disciplinarização do que seria ou não conhecimento legítimo – e,

portanto, temas e problemas legítimos – em RI. Abrir espaço ao compromisso com o pensamento crítico, à busca da emancipação política, à análise crítica de política externa, à recondução da ética ao centro do debate de RI é o desafio que se impõe para as Relações Internacionais em tempos de crise.

Referências bibliográficas

- HOFFMAN, M. “Critical Theory and the Inter-Paradigm Debate”. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 16, n. 2, p. 189-206, 1987.
- HOFFMAN, S. “An American Social Science”. *Daedalus*, v. 106, n. 3, p. 41-60, 1977.
- ADLER, E. “Seizing the Middle Ground: Constructivism in World Politics”. *European Journal of International Affairs*, n. 3, p. 319-363, Sept., 1997.
- ANDERSON, B. *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso, 1991.
- ASHLEY, R. “The Poverty of Neo-Realism”. *International Organization*, v. 38, n. 2, p. 225-286, 1984.
- ASHLEY, R. “The Poverty of Neo-Realism”, p. 255-300. In: KEOHANE (1986).
- BALDWIN, D. (Ed.). *Neorealism and Neoliberalism: the Contemporary Debate*. New York: Columbia University Press, 1993.
- BECK, U. *Risk Society: Towards a New Modernity*. London: Sage, 1992.
- BERGER, P.L.; LUCKMANN, T. *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- BOOTH, K. (Ed.) *Critical Security Studies in World Politics*. Boulder: Lynne Rienner, 2004.
- BRONNER, S.E. *Da teoria crítica e seus teóricos*. São Paulo: Papyrus, 1994.
- BROWN, C. “Turtles all the way down: anti-foundationalism, critical theory and international relations”. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 23, n. 2, p. 213-136, 1994.
- BROWN, C. *Understanding International Relations*. New York: Palgrave, 2001.
- BROWN, M.E.; LYNN-JONES, S.; MILLER, S. (Ed.). *The Perils of Anarchy: Contemporary Realism and International Security*. Cambridge: MIT Press, 1995.
- BUZAN, B.; JONES, C.; LITTLE, R. *The Logic of Anarchy: Neorealism to Structural Realism*. New York: Columbia University Press, 1993.
- BUZAN, B.; LITTLE, R. “Why international relations has failed as an intellectual project and what to do about it”. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 30, n.1, p. 19-39, 2001.
- CAMPBELL, D. “Global Inscription: How Foreign Policy Constitutes the United States”. *Alternatives*, v. 15, n. 3, p. 263-286, Summer, 1990.
- CAMPBELL, D. “Violent Performances: Identity, Sovereignty, Responsibility”. p. 163-181. In: LAPID; KRATOCHWIL (1996).
- CAMPBELL, D. *Writing Security. United States Foreign Policy and the Politics of Identity*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.
- CARLSNAES, W. “The Agency-Structure Problem in Foreign Policy Analysis”. *International Studies Quarterly*, v. 36, n. 3, p. 245-70, 1992.
- CHECKEL, J. “The Constructivist Turn in International Relations Theory”. In: *World Politics*, v. 50, n. 2, p. 324-348, 1998.

- CONNOLLY, W.E. *Identity/Difference. Democratic Negotiations of Political Paradox*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1991.
- COX, R. "Social Forces, States, and World Orders: beyond international relations theory". *Millennium: Journal of International Studies*, v. 10, n. 2, p. 126-155, 1981.
- COX, R. *Production, power, and world order: social forces in the making of History*. New York: Columbia University Press, 1987.
- COX, R.; SINCLAIR, T. *Approaches to World Order*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- DESSLER, D. "What's at Stake in the Agent-Structure Debate?" *International Organization*, v. 43, n. 3, p. 441-473, 1989.
- FERGUSON, Y.H.; MANSBACH, R.W. *The Elusive Quest: Theory and International Politics*. Columbia: University of South Carolina Press, 1988.
- FOUCAULT, M. *The Archaeology of Knowledge & The Discourse on Language*. New York, Pantheon Books, 1972.
- FOUCAULT, M. *Power/Knowledge: Selected Interviews & Other Writings*. New York: Pantheon, 1980.
- GADDIS, J.L. *Russia, the Soviet Union and the United States: An Interpretive History*. New York: Alfred A. Knopf, 1978.
- GADDIS, J.L. *The United States and the End of the Cold War*. New York: Oxford University Press, 1992.
- GEORGE, J. *Discourses of Global Politics: A Critical (Re)Introduction to International Relations*. Boulder: Lynne Rienner, 1994.
- GEORGE, J. "Understanding International Relations after the Cold War: Probing Beyond the Realist Legacy", p. 33-79. In: SHAPIRO, M.J.; WALKER, R.R. (Eds.). *Challenging Boundaries*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.
- GEORGE, J.; CAMPBELL, D. "Patterns of Dissent and the Celebration of Difference: Critical Social Theory and International Relations". *International Studies Quarterly*, v. 34, n. 3, p. 269-293, Sep. 1990.
- GIDDENS, A. *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*. Berkeley: University of California Press, 1984.
- GIDDENS, A. *Conversations with Anthony Giddens: Making Sense of Modernity*. Stanford: Stanford University Press, 1998.
- GILL, S. (Ed.). *Gramsci, Historical Materialism and International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- GILPIN, R. *War and Change in World Politics*. New York: Cambridge University Press, 1981.
- GONÇALVES, W. "O Campo Teórico das Relações Internacionais". In: BRIGAGÃO, C. (Org). *Estratégias de Negociações Internacionais. Uma Visão Brasileira*. Rio de Janeiro: Aeroplano, p. 89-107, 2001.
- GRIECO, J. "Anarchy and the Limits of Cooperation: a Realist Critique of the Newest Liberal Institutionalism", p. 116-142. (a). In: BALDWIN (1993).
- GRIECO, J. "Understanding the problem of International Cooperation", p. 301-338. (b). In: BALDWIN (1993).
- GUZZINI, S. "A Reconstruction of Constructivism in International Relations". *European Journal of International Relations*, v. 6, n. 2, p. 147-182, 2000.
- GUZZINI, S; LEANDER, A. (Eds.). *Constructivism and International Relations: Alexander Wendt and his Critics*. New York: Routledge, 2006.
- HABERMAS, J. *The Theory of Communicative Action*. Cambridge: Polity Press, 1981.

HACKING, I. *The Social Construction of What?*. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

HALLIDAY, F. "The future of international relations: fears and hopes". In: SMITH, BOOTH, ZALEWSKI (1996).

HALLIDAY, F. *Repensando as Relações Internacionais*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

HERZ, J. *Political Realism and Political Idealism: A Study in Theories and Realities*. Chicago: University of Chicago Press, 1951.

HUTCHINGS, R. *American Diplomacy and the End of the Cold War: an Insider's Account of U.S. Foreign Policy in Europe, 1989-1992*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1997.

HOLSTI, K.J. *The Diving Discipline: Hegemony and Diversity in International Theory*. Boston: Allen & Unwin, 1985.

JAMESON, F. "Postmodernism, or the Cultural Logic of Late Capitalism". *New Left Review*, v. 146, p. 53-92, July-Aug., 1984.

JERVIS, R. "Realism, Neo-liberalism, and Cooperation: Understanding the Debate". *International Security*, v. 24, n.1, p. 42-63, Summer, 1999.

JONES, R.W. *Security, Strategy and Critical Theory*. Boulder: Lynne Rienner, 1999.

JONES, R.W. *Critical Theory and World Politics*. Boulder: Lynne Rienner, 2000.

JORGENSEN (Ed.). *Reflective Approaches to European Governance*. London: MacMillan, 1997.

JORGENSEN, K.E. "Four Levels and a Discipline", p. 36-53. In: FIERKE, K.M.; JORGENSEN, K.E. (Ed.). *Constructing International Relations: The Next Generation*. New York: M.E. Sharpe, 2001.

KATZENSTEIN, P. (Ed.) *The Culture of National Security. Norms and Identities in World Politics*. New York: Columbia University Press, 1996.

KATZENSTEIN, P.; KEOHANE, R.; KRASNER, S. "International organization and the Study of World Politics", p. 5-45. In: KATZENSTEIN, P.; KEOHANE, R.; KRASNER, S. (Eds.). *Exploration and Constestation in the Study of World Politics*. Cambridge: MIT Press, 1999.

KENNEDY, P. *Ascensão e queda das grandes potências*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

KEOHANE, R. *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*. Princeton: Princeton University Press, 1984.

KEOHANE, R. (Ed.) *Neorealism and its Critics. New Directions in World Politics*. New York: Columbia University Press, 1986.

KEOHANE, R. "International Institutions: Two Approaches". *International Studies Quarterly*, v. 32, p. 379-396, 1988.

KEOHANE, R. "Institutional Theory and the Realist Challenge After the End of the Cold War". In: BALDWIN (1993).

KNUTSEN, T. *A History of International Relations Theory*. Manchester: Manchester University Press, 1997.

KRATOCHWILL, F. *Rules, Norms and Decisions. On the Conditions of Practical and Legal Reasoning in International Relations and Domestic Affairs*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

KRAUSE, K. (Ed.). *Culture and Security*. London: UCL Press, 1999.

LAPID, Y.; KRATOCHWILL, F. (Eds.). *The Return of Culture and Identity in IR Theory*. London: Lynne Rienner, 1996.

LEBOW, R.N.; RISSE-KAPPEN, T. (Eds.). *International Relations Theory and the End of the Cold War*. New York: Columbia University Press, 1995.

LINKLATER, A. *Men and Citizens in the Theory of International Relations*. London: MacMillan, 1982.

- LINKLATER, A. *Beyond Realism and Marxism: Critical Theory and International Relations*. London: MacMillan, 1990.
- LINKLATER, A. *The Transformation of Political Community: Ethical Foundations of the Post-Westphalian Era*. Cambridge: Polity Press, 1998.
- LITTLE, D. *Varieties of Social Explanation*. Boulder: Westview, 1991.
- LYNN-DOTY, R. "Foreign Policy as Social Construction: A Post-Positivist Analysis of U.S. Counterinsurgency Policy in the Philippines". *International Studies Quarterly*, v. 37, p. 297-320, 1993.
- LYOTARD, J.F. *The Postmodern Condition: a Report on Knowledge*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1984.
- MENDES AZEVEDO, M. "Visão Americana da Política Internacional de 1945 até hoje". In: PINHEIRO GUIMARÃES, S. (Org.). *Estados Unidos: visões brasileiras*. Brasília: FUNAG, 2000.
- MORGENTHAU, H. *In Defense of the National Interest: A Critical Examination of American Foreign Policy*. New York: Alfred A. Knopf, 1951.
- MORGENTHAU, H. *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*. New York: Alfred A. Knopf, 1978.
- NOGUEIRA, J.P.; MESSARI, N. *Teoria das Relações Internacionais. Correntes e Debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- ONUF, N. *A World of Our Making: Rules and Rule in Social Theory and International Relations*. Columbia: University of South Carolina Press, 1989.
- PECEQUILO, C. *A Política Externa Norte-americana: Continuidade ou Mudança?* Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- POWELL, R. "Absolute and Relative Gains in International Relations Theory", p. 209-233. In: BALDWIN (1993).
- RÉUS-SMIT, C. "The Constructivism Turn: Critical Theory after the Cold War". Canberra, Department of International Relations – Australian National University, Working paper, 1996.
- ROSENBERG, J. "What's the Matter With Realism?" *Review of International Studies*, v. 16, n. 4, p. 285-303, 1990.
- RUGGIE, J. G. "International Structure and International Transformation: Space, Time, and Method". Unpublished manuscript. UCSD, La Jolla, 1988.
- RUGGIE, J.G. *Constructing the World Polity: Essays on International Institutionalization*. London: Roudledge, 1998.
- SCHLESINGER, J. "New Instability, New Priorities". *Foreign Policy*, v. 85, p. 3-25, Winter, 1991.
- SEARLE, J.R. *The Construction of Social Reality*. New York: Free Press, 1995.
- SMITH, S. (Ed.). *International Relations: British and American Perspectives*. Oxford: Basil Blackwell, 1985.
- SMITH, S. "Foreign Policy is What States Make of it: Social Construction and International Relations Theory", p. 39-55. (a) In: KUBALKOVA, V. (Ed.). *Foreign Policy in a Constructed World*. New York: Sharpe, 2001.
- SMITH, S. "Reflectivist and constructivist approaches to international theory", p. 224-250. (b) In: BAYLIS, J.; SMITH, S. (Eds.). *The globalization of world politics: an introduction to international relations*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- SNIDAL, D. "Relatives Gains and the Patterns of International Cooperation", p. 170-208. In: BALDWIN (1993).

SONDERMANN, F.A. "The Concept of National Interest". In: OLSON, W.C. (Ed.). *The Theory and Practice of International Relations*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1987.

WAEVER, O. "The Rise and the Fall of the Inter-Paradigm Debate", p. 149-185. SMITH, S.; BOOTH, K.; ZALEWSKI, M. (Eds.). *International Theory: positivism and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

WAEVER, O. "Figures of International Thought: Introducing Persons Instead of Paradigms", p. 7-37. In: NEUMANN, I.B.; WAEVER, O. (Eds.). *The Future of International Relations: masters in the making?* London: Routledge, 1997.

WALTZ, K. *Theory of International Relations*. Reading: Addison-Wesley, 1979.

WALTZ, K. *O Homem, o Estado e a Guerra: uma análise teórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WELDES, J. "Constructing National Interests". *European Journal of International Relations*, v. 2, n.3, p. 275-318, 1996.

WENDT, A. "The agent-structure problem in international relations theory". *International Organization*, v. 41, n. 3, p. 335-370, 1987.

WENDT, A. "Bridging the theory: metatheory gap in international relations". *Review of International Studies*, v. 17, p. 383-392, 1991.

WENDT, A. "Anarchy is what States make of it: the social construction of power politics". *International Organization*, v. 46, p. 391-425, 1992.

WENDT, A. *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WIGHT, C. *Agents, Structures and International Relations: Politics as Ontology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

ZEHFUSS, M. *Constructivism in International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.